

## Ação pauliana

é uma medida jurídica pessoal que é movida pelos credores com a intenção de anular um negócio jurídico realizado por devedores insolventes ou em fraude em bens patrimoniais que seriam utilizados p/ o pagamento de dívida quando se trata de ação de execução.

→ tem como principal função revogar atos jurídicos que foram realizados de má-fé, de modo que o patrimônio do devedor tenha sido desviado p/ um terceiro, com intenção de fraudar um cumprimento de sentença ou uma execução.

**importante** → é necessário que se proceda à anulação do negócio jurídico, o que afetará de forma direta o devedor insolvente e terceiros envolvidos.

→ Não é necessário uma ação de execução anterior e pode ser movida em face dos integrantes do ato fraudulento:

- o devedor insolvente;
- a pessoa que com ele celebrou o negócio;
- o terceiro adquirente que agiu de má-fé;

→ A AÇÃO PAULIANA age diretamente p/ desfazer a transferência fraudulenta do patrimônio e resgatar o objeto desviado p/ satisfazer o crédito pré-existente.

→ No código civil a ação pauliana é ação de anulação

→ É necessário que o autor seja necessariamente credor efetivo à época do ato jurídico objeto de anulação.

Para que esteja configurada a fraude contra credores é necessário:

- a) presunção p/ o credor quirografário;
- b) que o ato jurídico praticado tenha levado o devedor a estado de insolvência ou tenha agravado;
- c) anterioridade do crédito;
- d) e que o terceiro adquirente conheça o estado de

insolvência do devedor.

**art. 171 CPC** → negócio jurídico anulável

→ ÔNUS DA PROVA: cabe às partes a distribuição do ônus da prova estabelecido no art. 373, I e II, CPC. As partes é que tem que comprovar as suas alegações, impondo ao demandante a prova dos fatos constitutivos de seu direito e ao demandado a prova dos fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito do autor.